



Handwritten signature in blue ink.

CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS DO SEGMENTO NÃO VIDA

Disposições Gerais

J. M. P.

Cláusula 1.ª

Objecto

1. O presente concurso tem por objecto a celebração de um contrato de aquisição de serviços de seguros do segmento Não Vida, para o Municípios das Lajes das Flores
2. O concurso prevê a aquisição de seguros dos seguintes ramos:
 - a) Acidentes de trabalho;
 - b) Acidentes pessoais dos membros órgãos autárquicos;
 - c) Acidentes pessoais dos membros da corporação de bombeiros;
 - d) Frota automóvel e pessoas transportadas, dos veículos propriedade do adjudicante ou ao seu serviço;
 - e) Seguro de Riscos Múltiplos dos bens patrimoniais e imóveis;
 - f) Responsabilidade civil extracontratual, das actividades desenvolvidas pelo Município;
3. Durante o período de execução do contrato, o Município, poderá verificar a necessidade, perante situações de risco não passíveis de previsão, ajustar o seu objecto na medida estritamente necessária e devidamente justificada.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Fazem parte do contrato a celebrar os seguintes elementos por ordem de prevalência:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as rectificações ao caderno de encargos, que o Júri venha a prestar nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
 - f) As apólices de seguro.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela qual aí são indicadas.
4. Em caso de divergência dos documentos referidos no número 2 e o clausulado, do contrato e os seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com disposto no artigo 99º do CPP e devidas alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º

278/2009, de 2 de Outubro, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º do mesmo diploma legal.

Handwritten signature

Cláusula 3.^a
Prazo

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de três anos.

Cláusula 4.^a
Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de prestação de serviço de acordo com o previsto no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada;
 - b) A emissão das apólices deverá ocorrer com a celebração do contrato previsto na Cláusula 1.^a do presente caderno de encargos;
 - c) O fornecimento começa na data de início das apólices a emitir,
 - d) Deverão ser efectuados os devidos acertos de vencimentos das várias apólices, em data a acordar com o Município;
 - e) No caso de o adjudicatário ser uma empresa de seguros que tenha apólices em vigor com a entidade adjudicante, as condições advindas do presente concurso prevalecem sobre as que estiverem a ser praticadas, sem prejuízo da celebração do contrato referido no nº 1 da cláusula 2.^a;
 - f) Obrigação de prestar ao Município e pessoas envolvidos neste contrato, todos os esclarecimentos e informações que lhes forem solicitados e sejam necessários ao acompanhamento da execução do contrato;
 - g) Obrigação de informação de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o cumprimento pontual e atempado de qualquer das suas obrigações, ou que possa constituir no direito de resolver o contrato, ou ainda de qualquer situação que possa alterar, de modo relevante, o exercício das actividades contratadas;
 - h) Durante a vigência do contrato, não poderá haver revisão das taxas dos seguros, excepto resultante de alteração definida por Lei;

Cláusula 5.^a
Responsabilidade

1. O prestador de serviços responderá pela culpa ou pelo risco, nos termos da lei geral, por quaisquer danos causados no exercício das actividades incluídas no objecto do contrato, respondendo ainda, nos termos em que o comitente responde pelos actos do comissário, pelos prejuízos causados por terceiros contratados no âmbito dos trabalhos compreendidos no contrato.
2. A responsabilidade do prestador de serviços implicará serem de sua conta quaisquer despesas que sejam imputáveis ao Município, por

inobservância de disposições legais ou contratuais.



Cláusula 6.ª
Forma de prestação do serviço

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade a definir, reuniões de coordenação com os representantes do Município das quais deve ser lavrada acta a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita, com 5 dias de antecedência, por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3. Sem prejuízo da realização das reuniões de acompanhamento referidas no nº 1 da presente cláusula, o Município poderá, sempre que entender necessário solicitar ao prestador de serviços os esclarecimentos de quaisquer questões relacionadas com o objecto ou a forma da prestação de serviços.
4. Anualmente, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e actividades ocorridos, durante o ano em causa.
5. Todos os relatórios, registos, comunicações, actas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 7.ª
Início de prestação do serviço

O prestador de serviços obriga-se a executar o serviço, com todos os elementos referidos nas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos, de acordo com a cláusula 3.ª do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 8.ª
Sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que seja

comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

d. up

Cláusula 9.^a
Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas

Cláusula 10.^a
Força Maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias alheias à vontade da parte afectada que impeçam a realização pontual do contrato.
2. Entendem-se como circunstâncias alheias às partes, designadamente tremores de terra; epidemias; sabotagens; greves; motins; actos de guerra; terrorismo; embargos ou bloqueios internacionais; e determinações governamentais ou administrativas de carácter imperativo.
3. Não constituem força maior para o adjudicatário, entidades de resseguro ou co-seguro por si contratadas e mediação de seguros por si aceite no âmbito das suas intervenções, designadamente:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades ou a grupos de sociedades em que se integrem;
 - b) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória que sobre si recaíam;
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais;
 - d) Avaria nos seus sistemas informáticos ou mecânicos não devidos a sabotagem;
 - e) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar a ocorrência de casos de força maior deverá comunicar e justificar imediatamente tais circunstâncias à outra parte.

Cláusula 11.^a
Preço base

Nos termos e para efeitos do disposto no art. 47º do CCP, o preço base do procedimento é de 60.000€ (sessenta mil euros).

Cláusula 12.^a
Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município, deve pagar o preço da proposta adjudicada, não sujeito a IVA, nos termos do CIVA;
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja

responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos.



Cláusula 13.ª
Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devidas pelo Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a recepção pelo contraente público das respectivas facturas, acompanhadas da acta da apólice referente ao período correspondente, as quais deverão ser emitidas dois meses antes da data do seu início.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida nos prazos acima mencionados.
3. Em caso de discrepância em relação ao contratado, quanto aos valores indicados nas facturas, o Município, deve comunicar a situação ao prestador de serviços, por escrito, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura, devidamente corrigida.

Cláusula 14.ª
Intervenção de mediador de seguros

1. As apólices objecto do presente concurso poderão eventualmente ter a intervenção de mediador de seguros, entidade corretora da carteira de seguros das entidades envolvidas neste processo, que assim o solicitem.
2. No caso previsto no número anterior, o mediador de seguros intervém no âmbito das competências consagradas no regime jurídico de acesso e exercício da actividade de mediação de seguros e no regime jurídico do contrato de seguro.

Cláusula 15.ª
Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município pode exigir do prestador de serviços, o pagamento de uma pena pecuniária, de montante que fixará em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos identificados nas Especificações Técnicas, 0,5% por cada dia útil de atraso, até ao limite de 20% do valor contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município, pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 5% do valor.
3. O valor acumulado das sanções de natureza pecuniária previstas nesta cláusula não ultrapassará 20% do preço contratual, salvo se, atingindo esse limite, o Município não decidir resolver o contrato, caso em que tal valor terá como limite máximo 30% do preço contratual.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa (dolo


- ou negligência) do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. O Município, pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16.ª

Resolução do contrato por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Declaração de insolvência, estado de liquidação, dissolução, sujeição a qualquer medida judicial de recuperação da empresa ou inabilitação judicial ou administrativa do exercício da actividade social do prestador de serviços;
 - b) Condenação do prestador de serviços, por sentença transitada em julgado, por qualquer delito que afecte de forma grave a sua honorabilidade profissional;
 - c) Falta de pagamento pelo prestador de serviços de quaisquer impostos, taxas ou contribuições;
 - d) Prestação pelo prestador de serviços de informações falsas ao adjudicante;
 - e) Atraso no cumprimento da data de início da prestação de serviços;
 - f) Oposição repetida ao exercício de fiscalização;
 - g) Incumprimento, pelo prestador de serviços, das obrigações que sobre si impendem de acordo com este Caderno de Encargos e com o contrato, que comprometa os objectivos subjacentes à celebração do contrato;
2. No caso referido na alínea e) do número anterior, se houver sido reduzida reclamação ou impugnação, a falta de pagamento só constituirá fundamento de resolução, após o trânsito em julgado da decisão que julgue improcedente a impugnação.
3. Nas situações referidas no n.º 1, o adjudicante não poderá resolver o contrato sem que antes conceda ao prestador de serviços um prazo razoável e adequado ao cumprimento das obrigações em falta.
4. Findo o prazo referido no número anterior sem que tenha sido sanado o vício, o adjudicante comunicará ao prestador de serviços a decisão sobre a resolução do contrato, que produzirá efeitos imediatos.

5. A resolução constitui o adjudicante no direito a ser indemnizado nos termos gerais de direito.



Cláusula 17.ª

Resolução do contrato por parte do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato se o Município estiver em situação de incumprimento de obrigações pecuniárias por período superior a seis meses.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, salvo o caso previsto no número seguinte.
3. No caso previsto no n.º 1 desta cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Clausula 18ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Clausula 19ª

Contagem dos prazos

1. Os prazos para apresentação de proposta são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte e quando o contrário não resulte expressamente no contrato, a contagem dos prazos suspende-se durante os sábados, domingos e feriados nacionais e municipais.

3. Os prazos fixados em meses ou anos serão sempre contados nos termos previstos no artigo 279º do Código Civil.

J. M.

Capítulo II Disposições Técnicas

J.M

Cláusula 20.ª Pressupostos

Os dados indicados sobre capitais seguros, locais de risco, objectos e pessoas quantificados para efeitos do presente caderno de encargos são passíveis de alteração – para mais ou para menos – devida a eventuais abates, substituições, aquisições e outros motivos próprios da dinâmica de gestão da entidade adjudicante que entretanto possam ocorrer.

Cláusula 21.ª Requisitos

É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através das apólices de seguro objecto do presente concurso público, dos seguintes riscos:

01. SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO

1. De todos os trabalhadores que exercem funções públicas, nas modalidades de contrato de trabalho por tempo determinado e indeterminado em funções públicas ao serviço do Município das Lajes das Flores

01.01 – Requisitos Mínimos

- a) As condições deste seguro devem estar de harmonia com a legislação em vigor acerca desta matéria, momento o estabelecido no Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro, artigos 1.º e 2.º alterados pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, artigo 4.º (reparação) e artigo 15.º (direito à remuneração e outras regalias).
- b) Para efeitos do disposto no referido artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 503/99, a apólice de seguro terá de incluir uma convenção em concreto, respeitante à garantia do salário integral, em caso de incapacidade temporária, invalidez permanente ou morte.
- c) Estarão cobertos os trabalhadores ao serviço do Município das Lajes das Flores que constem nas folhas de retribuições enviadas mensalmente e pagas no mês anterior, incluindo todas as remunerações pagas em períodos de horas extraordinárias, que deverão ser duplicados ou cópias das entregues à segurança social respectiva.
- d) Ficarão garantidas as deslocações a território estrangeiro, efectuadas ao serviço do Município, sendo contempladas as despesas relativas a assistência médica, medicamentosa ou hospitalar e a transporte ou repatriamento.
- e) As prestações em espécie serão devidas aos sinistrados até ao momento em que os serviços clínicos do Segurador os considerem curados das lesões ou em que os sinistrados passem à situação de reformados, considerando-se destes dois casos aquele que primeiro ocorrer.
- f) Os quantitativos a indemnizar relativamente a alimentação, alojamento e transportes,

quando não forem fornecidos pelo Segurador, terão por limite o valor da correspondente ajuda de custo, a que os sinistrados tenham legalmente direito.

01.02 – Modalidade de Cobertura

- a) Seguro de prémio variável.
- b) O prémio provisório será calculado de acordo com as retribuições anuais previstas
- c) No final de cada ano civil ou no caso de resolução do contrato, será sempre efectuado o acerto, para mais ou para menos, em relação à diferença verificada entre o prémio provisório e o prémio definitivo, calculado em função do total de retribuições efectivamente pagas.

01.03 – Âmbito Territorial

Território português e estrangeiro.

01.04 – Forma de Pagamento do Prémio Anual

O pagamento do prémio será efectuado em fracções trimestrais ou outro, sem quaisquer encargos.

01.05 – Retribuições anuais previstas – Base: Retribuições pagas no ano de 2013

Volume de 648.990,58.

01.08 – Informações complementares

- Poderá haver trabalhos com manuseio de matérias perigosas.
- Poderá haver trabalhadores deficientes
- Além da sede da Câmara Municipal, existem mais locais de trabalho.
- Há trabalhadores residentes fora dos limites do concelho.
- É costume prolongar o horário normal de trabalho.
- É costume trabalhar aos fins-de-semana e feriados.

01.09 – Outras Disposições

1. Em caso de facto superveniente durante a vigência da apólice, relacionado com a alteração e/ou a modificação da legislação aplicável aos acidentes de trabalho, deverão ser efectuados os ajustamentos compatíveis, excepto a taxa comercial que não sofrerá actualização.
2. O Segurador compromete-se a prestar assistência médica aos sinistrados por Acidentes de Trabalho em local devidamente apetrechado para o efeito.
3. O Segurador compromete-se a garantir que os sinistrados por Acidentes de Trabalho fiquem isentos do pagamento das despesas com prescrições médicas consequência de tais acidentes.

02. SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS



2.1 – Requisitos Mínimos

1. Indemnizar o segurado/pessoa segura em consequência de acidente que resulte única e exclusivamente de riscos quando ao serviço da autarquia/Administração Local incluindo os acidentes ocorridos no decurso do trajecto para os locais das reuniões ou outros actos e respectivo regresso.

02.02 – Âmbito territorial

Todo o Mundo;

02.03 – Grupo de Pessoas a segurar, garantias e capitais, conforme Anexo I ao presente Caderno de Encargos.

Subgrupo A – Presidente da Câmara

Garantia

Morte ou Invalidez Permanente

Incapacidade Temporária Absoluta – Subsídio diário em Ambulatório

Incapacidade Temporária Absoluta – Subsídio diário por Internamento Hospitalar

Despesas de Tratamento e Repatriamento

Despesas de Funeral

Subgrupo B – Vereadores a Tempo Inteiro

Garantia

Morte ou Invalidez Permanente

Incapacidade Temporária Absoluta – Subsídio diário em Ambulatório

Incapacidade Temporária Absoluta – Subsídio diário por Internamento Hospitalar

Despesas de Tratamento e Repatriamento

Despesas de Funeral

Subgrupo C – Vereadores em Regime de Não Permanência

Garantia

Morte ou Invalidez Permanente

Incapacidade Temporária Absoluta – Subsídio diário em Ambulatório

Incapacidade Temporária Absoluta – Subsídio diário por Internamento Hospitalar

Despesas de Tratamento e Repatriamento

Despesas de Funeral

Neste subgrupo, o tempo de serviço é o correspondente às Reuniões de

Câmara, 1 a 2 vezes por semana e /ou mês.

Handwritten signature

**Subgrupo D – Deputados Municipais, incluindo Presidentes
de Juntas de Freguesia**

Garantia

Morte ou Invalidez Permanente

Incapacidade Temporária Absoluta – Subsídio diário em Ambulatório

**Incapacidade Temporária Absoluta – Subsídio diário por Internamento
Hospitalar**

Despesas de Tratamento e Repatriamento

Despesas de Funeral

**Neste subgrupo, o tempo em serviço estimado é o correspondente às
sessões da Assembleia Municipal, 1 a 2 vezes por trimestre.**

02.04 – Forma de Pagamento do Seguro

Anual.

**03. SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS MEMBROS DA CORPORAÇÃO DE
BOMBEIROS**

03.01 – Requisitos Mínimos

**Indemnizar o segurado/pessoa segura em consequência dos acidentes pessoais do corpo
operacional da Associação dos Bombeiros Voluntários de Santa Cruz das Flores – Secção
Destacada das Lajes das Flores, quando ao serviço desta.**

**Consideram-se em serviço os acidentes ocorridos quando no exercício exclusivo das
suas missões, ou por causa delas, incluindo as acções de formação e ou instrução, bem
como os acidentes ocorridos durante o percurso directo para o local de apresentação ao
serviço ou do regresso deste, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.**

03.02 – Extensão Territorial

**A cobertura deverá abranger automaticamente o território da Região Autónoma dos
Açores.**

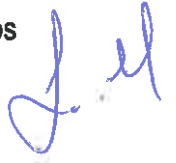
03.03 – Coberturas e Capitais por Pessoa Segura

Morte ou Invalidez Permanente	106.875,00
Incapacidade Temporária Absoluta	53,35
Despesas de Tratamento e Repatriamento	9.970,00

**03.04 – Estimativa de Pessoas a Segurar - Conforme Anexo II ao presente Caderno de
Encargos**

03.05 - Modalidade

Através de listagem dos nomes das pessoas a segurar, com acerto de prémio em função dos efectivos seguros



03.06 – Forma de Pagamento

Anual.

04. SEGURO DA FROTA AUTOMÓVEL E DAS PESSOAS TRANSPORTADAS DOS VEÍCULOS PROPRIEDADE DO ADJUDICANTE OU AO SEU SERVIÇO

04.01 – Requisitos Mínimos

Parte uniforme das condições gerais da apólice de seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel e condições gerais, particulares e especiais do seguro automóvel de contratação facultativa, incluindo pessoas transportadas, na modalidade de “todos os ocupantes”, conforme Anexo II do presente Caderno de Encargos.

04.02 – Condições de Subscrição

- a) Aplicação de Bónus/Málus;
- b) O comportamento da sinistralidade eventualmente verificada será analisado anualmente;
- c) Os veículos, quando obrigatório, deverão possuir aprovação do IPO;

04.03 – Veículos, Formas de Apólice, Coberturas e Franquias - conforme Anexo III do presente Caderno de Encargos

Universo dos veículos no anexo III do presente Caderno de Encargos, em apólice única de frota

04.04 – Forma de Pagamento

Anual.

05. SEGURO DE RISCOS MÚLTIPLOS, DOS BENS PATRIMONIAIS E IMÓVEIS - Conforme detalhe no Anexo IV do presente Caderno de Encargos.

05.01 – Forma de Apólice Individualizada

Apólice individualizada pelos vários locais de risco e valores descritos no Anexo IV do presente Caderno de Encargos.

05.02 – Garantias Específicas Relativamente a conteúdos, a apólice deverá garanti-los considerando que os mesmos podem existir em qualquer edifício, secção, dependência, acesso ou área ocupada de edifícios e em edifícios que eventualmente se encontrem em construção, remodelação e/ou acabamento pertencentes ou ocupados por cada uma das entidades envolvidas, independentemente da sua afectação ao respectivo local de risco;

05.03 – Condições Imperativas

As coberturas, limites de indemnização e franquias aplicam-se por local de risco;



05.04 – Coberturas e limites de Indemnização

Ficam expressamente acordados as seguintes coberturas (quando aplicável) e limites de indemnização, por sinistro, ocorrido ao abrigo de cada um dos seguintes riscos:

○ Limpeza, demolição e remoção de escombros	250.000,00 €
○ Desenhos e documentos	50.000,00 €
○ Riscos eléctricos	75.000,00 €
○ Incêndio	250.000,00 €
○ Inundações	75.000,00 €
○ Fenómenos sísmicos	250.000,00 €
○ Equipamento electrónico, incluindo a cobertura de	75.000,00 €
○ Avaria de máquinas	75.000,00 €
○ Derrame accidental	30.000,00 €
○ Privação temporária do local ocupado ou arrendado	50.000,00 €
○ Honorários de peritos	50.000,00 €
○ Quebra ou queda accidental de bens	30.000,00 €
○ Quebra ou queda accidental de vidros, painéis e antenas	30.000,00 €
○ Bens de terceiros	50.000,00 €
○ Furto e/ou roubo, incluindo os danos causados ao imóvel	350.000,00 €
○ Furto e/ou roubo de dinheiro em cofre, caixa ou em	10.000,00 €
○ Danos em transporte terrestre de bens	35.000,00 €
○ Danos em jardins	30.000,00 €
○ Gastos extraordinários	25.000,00 €

FRANQUIAS

O presente seguro fica sujeito à franquia de 10,00% do valor dos prejuízos indemnizáveis, com mínimo de 500,00 € e máximo de 7.500,00 €, com excepção dos riscos abaixo indicados que ficam sujeitos às seguintes franquias:

- Riscos eléctricos, equipamento electrónico, furto e/ou roubo, quebra ou queda accidental de bens, quebra ou queda accidental de vidros, painéis e antenas, fumo, bens de terceiros, e transporte terrestre – 10,00% do valor dos prejuízos, com um mínimo de 250,00 € e um máximo de 2.500,00 €.
- Fenómenos sísmicos – 5,00% do capital seguro, por local de risco.
- Inundações – 10,00% do valor dos prejuízos, com um mínimo de 1.500,00 € e um máximo de 15.000,00 €

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Variação de quantias seguras e descrição unitária de haveres seguros

As quantias atribuídas aos haveres de cada rubrica podem variar e, em caso de sinistro, ter-se-á sempre em conta que qualquer diferença por excesso numa rubrica de capitais seja levada a beneficiar a verba ou sub-verba que se considere insuficiente em tal circunstância.

Igualmente, para efeitos deste seguro prevalece o valor global do património seguro, não sendo aplicável unitariamente a regra proporcional estabelecida no artigo 433.º do Código Comercial, desde que o valor global do património em risco corresponda ao seu valor seguro, com ressalva do indicado na cláusula de actualização de capitais.

Indemnização na base do valor de substituição em novo

Fica acordado que em caso de sinistro com os bens seguros por esta Apólice, a base sobre a qual se calculará a quantia indemnizável, será o valor em novo, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, mas não superiores ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos.

O valor de substituição terá como limite máximo o dobro do valor dos bens sinistrados no momento anterior ao do sinistro.

Adiantamento por conta de sinistros

Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e, após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica a seguradora obrigada a efectuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

Bens de terceiros

O presente seguro inclui bens propriedade de terceiros, desde que, ou na medida em que, esses bens não se encontrem seguros pelos proprietários ou qualquer outra pessoa, sendo neste caso a responsabilidade do segurador limitada à quantia a pagar pelo segurado com o fim de compensar o respectivo proprietário pelos danos ou estragos sofridos pelos referidos bens.

Riscos eléctricos

Nos termos desta cláusula, este contrato cobre também os danos ou prejuízos causados a quaisquer máquinas eléctricas, transformadores, aparelhos e instalações eléctricas e/ou electrónicas e aos seus acessórios, nomeadamente por sobre tensão e sobreintensidade,

incluindo os produzidos pela electricidade atmosférica, curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio.

Handwritten signature

Ficam derogadas quaisquer limitações de potência imposta pelas Condições Gerais e/ou Especiais, às máquinas e/ou equipamentos afectados pelo risco em causa.

Exposições temporárias

Relativamente à realização de Exposições Temporárias da responsabilidade do Segurado, nas suas instalações ou outras, aplicam-se as seguintes condições:

- Fica expressamente acordado que o objecto seguro é constituído por objectos do Município, ou de terceiros, neste último caso, quando temporariamente confiados ou entregues ao seu cuidado, controle, custódia ou consignação.
- A apólice cobre quaisquer danos provenientes de causa externa aos objectos seguros, excluindo-se apenas os danos resultantes de causa interna, nomeadamente o vício próprio.
- O Segurado facultará ao Segurador, apenas em caso de sinistro, a relação das obras/bens objecto da exposição, onde deverá vir indicado o respectivo valor unitário.
- O capital seguro em caso de sinistro corresponderá ao valor indicado na referida relação, sendo que o limite máximo de responsabilidade do segurador é de 100.000,00 euros/ano/sinistro, em 1.º risco.

Antiguidades, colecções e pares ou séries de objectos

Se se perder ou danificar qualquer objecto que tenha um valor acrescido, por fazer parte de um par ou conjunto, qualquer pagamento que o segurador efectue terá em conta esse valor acrescido. O Segurado decide se o segurador paga a totalidade do valor do par ou conjunto. O máximo que o segurador pagará será o valor do par ou conjunto.

Em caso de sinistro causado por um risco coberto o segurador poderá liquidar as despesas de restauro e/ou reparação, excepto se a desvalorização por parte da qualidade atribuível à mercadoria segura for reconhecida. Caso em que se aplicarão as disposições a seguir mencionadas:

- Em caso de se verificar a impossibilidade ou desvantagem económica do restauro e/ou reparação, o segurador obriga-se a indemnizar o segurado, tendo

em conta o valor de mercado dos objectos sinistrados.

- o Em caso de divergência quanto à atribuição daquele valor, o segurador e o segurado nomearão, cada um, um perito avaliador que concluirá pelo valor a indemnizar.

Sup

Danos acontecidos em transportes terrestres

Ficam garantidos os danos acontecidos em transporte terrestre no território nacional de equipamentos, máquinas, materiais de uso e outros bens, propriedade do segurado ou de terceiros, em consequência de acidentes com o veículo transportador, incêndio, raio ou explosão, furto e/ou roubo, incluindo as operações de carga e descarga.

Quebra ou queda accidental de bens

Fica garantido qualquer dano accidental de quebra ou queda, que sofram os bens móveis do segurado ou de terceiros quando confiados, por qualquer acidente ou infortúnio desde que constituam uma ocorrência súbita e imprevista.

Bens existentes ao ar livre

Derrogando o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais da apólice, fica convencionado que os bens existentes ao ar livre estão garantidos por esta apólice.

Danos em jardins

Ficam garantidos os danos sofridos nos jardins do segurado em consequência da verificação de qualquer risco coberto por esta apólice. Em caso de sinistro ao abrigo desta cobertura a indemnização do segurador empregar-se-á directamente na reparação ou reconstrução das zonas relvadas, na substituição de flores, arbustos e árvores por outros da mesma espécie ou similares.

Gastos extraordinários

Ficam garantidos os gastos extraordinários com o aluguer de equipamento para substituição de máquinas ou instalações industriais danificadas por um risco coberto por esta apólice de seguro.

05.06 – Forma de Pagamento

Anual ou fraccionada.

06. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL, DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO MUNICÍPIO de acordo com o Anexo V do presente Caderno de Encargos

Handwritten signature

06.01 – Actividade

- a) Exploração da actividade autárquica;
- b) Da prestação de serviços públicos relativos à exploração, utilização, funcionamento, gestão e conservação escolas; piscinas; bibliotecas; parques infantis; rede de transportes escolares; recintos desportivos fechados ou ao ar livre; parques; jardins; cemitérios e outros espaços públicos; sistema de distribuição e fornecimento de água e de tratamento de águas residuais; auditórios e anfiteatros; serviço de recolha manual ou mecânica de resíduos sólidos, limpeza e higiene urbana;
- c) Exploração e ocupação de instalações e edifícios afectos aos edifícios descritos no anexo III do presente Caderno de Encargos, do seguro de Riscos Múltiplos
- d) De postos de abastecimento de combustíveis destinados ao serviço do segurado.

06.02 – Objecto do Seguro

Garantia da responsabilidade civil legal extracontratual imputável ao Município, na qualidade e no exercício da actividade, por danos patrimoniais e ou não patrimoniais causados a terceiros.

Garantia da responsabilidade civil legal extracontratual decorrente de actos, de gestão pública e privada que, nos termos da lei, seja imputável em consequência do exercício da actividade do município, bem como da prestação dos demais serviços públicos.

06.03 – Requisitos Mínimos

Nos termos do n.º anterior, são garantidos os danos causados de um modo súbito, fortuito e imprevisível pelo município, nomeadamente os seguintes danos:

- a) Causados por agentes que trabalham por conta e sob a sua direcção, no exercício da suas funções e por causa desse exercício;
- b) Decorrentes do uso e ou utilização de imóveis, instalações ou depósitos na sua qualidade de proprietário, locatário, inquilino ou usufrutuário;
- c) Causados por trabalhos de conservação, manutenção ou reparação de edifícios de que é proprietária ou locatária, desde que realizados por administração directa;
- d) Causados pela montagem e ou desmontagem de andaimes e ou outras estruturas amovíveis, desde que realizados por administração directa;
- e) Resultantes de operações de carga, descarga, ou distribuição de matérias ou produtos inerentes à sua actividade;

f) Resultantes da laboração de máquinas destinadas a trabalhos de construção civil, desde que utilizadas e manobradas pelos seus trabalhadores, excluindo-se os danos causados quando em circulação na via pública sujeita a seguro obrigatório;

g) Resultantes de incêndio e ou explosão que tenha origem em edifícios e ou instalações de sua propriedade ou por si ocupados, ou que decorram de trabalhos que se encontrem a ser executados por administração directa;

h) Resultantes do derrube e corte de árvores por administração directa;

i) Resultantes de falta ou inadequação de sinalização quando da realização dos trabalhos mencionados nas alíneas c) d) e f);

j) Decorrentes da posse, administração e exploração de parques infantis, nos termos do Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro, que aprova o Regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacto;

k) Decorrentes da posse, administração e exploração de recintos e equipamentos desportivos, nos termos do Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de Maio, que aprova o regulamento das condições técnicas e de segurança a observar na concepção, instalação e manutenção das balizas de futebol, de andebol, e dos equipamentos de basquetebol e voleibol existentes nas instalações desportivas de uso público, também nos termos da Portaria n.º 369/2004, de 12 de Abril, que estabelece o regime de intervenção das entidades acreditadas em acções ligadas ao processo de verificação das referidas condições técnicas, igualmente nos termos do Decreto-Lei n.º 82/2004, de 14 de Abril, que altera o referido regulamento aprovado pelo Decreto-Lei mencionado supra e, ainda, a Portaria n.º 1049/2004, de 19 de Agosto, que fixa as normas relativas às condições técnicas e de segurança a observar neste âmbito;

l) Resultantes da posse, administração, utilização de escolas e creches;

m) Resultantes da actividade de recolha manual ou mecânica de lixo, incluindo carga e a descarga de contentores, quando realizadas exclusivamente por trabalhadores;

n) Por reclamações decorrentes de sumidouros e tampas de saneamento levantadas, partidas e ou inexistentes na via pública;

o) Pelo entupimento da rede pública de água e de águas residuais, incluindo ramais de ligação, provocados por entupimentos, sobrecargas e roturas de colectores da rede pública de água e de águas residuais, desde que tais situações não decorram do mau estado de conservação das mesmas e desde que sejam da exclusiva responsabilidade do município;

p) Resultantes dos trabalhos de reparação, conservação e manutenção de todo o sistema de distribuição de água e drenagem de águas residuais, ficando abrangidos por esta garantia os danos causados directamente em condutas, cabos ou outras instalações enterradas e ou aéreas, desde o município se tenha certificado por escrito e obtido junto das entidades competentes as respectivas localizações exactas, limitando-se as indemnizações em caso de sinistro ao custo com a reparação ou substituição dos ditos bens danificados, excluindo sempre outros danos que através deles sejam directa ou indirectamente causados;

q) Em resultado da responsabilidade civil extracontratual legalmente imputável município, que seja decorrente de alteração do meio ambiente e ou deterioração de instalações ou bens de terceiros, em particular causados directamente por poluição ou contaminação provocadas enquanto no exercício da actividade do Segurado nas instalações objecto do seguro, devidamente identificadas na apólice, única e exclusivamente quando a causa seja acidental, súbita e imprevisível.

06.04 – Condições Gerais e Especiais

Além do âmbito de cobertura abrangido pelas coberturas descritas no n.º anterior, constituem parte integrante da apólice as seguintes condições:

- a) Gerais de Responsabilidade Civil Geral;
- b) Especiais de Exploração da Actividade Municipal;
- c) Especial de Máquinas em Laboração;
- d) Especial de Parques de Jogos e Recreio;
- e) Especial de Recintos Desportivos;
- f) Especial de Lançamento de Foguetes ou Fogo-de-artifício;
- i) Especiais por Poluição Acidental.

06.05 – Capitais a Segurar – de acordo com o Anexo IV do presente Caderno de Encargos

06.06 – Validade Temporal (Prazo de Reclamação)

A apólice produz efeitos em relação a actos ou omissões ocorridos durante o seu período de vigência e geradores de responsabilidade que sejam reclamados nesse período.

06.07 – Local do Risco

Território Nacional

06.08 – Franquia

Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, uma franquia de 5,00% do valor dos prejuízos, com uma franquia de 250,00, por sinistro, a qual não é oponível a terceiros.

06.09 – Condições Especiais

Artigo 1º

O contrato de seguro a que respeita a presente apólice vigora segundo as presentes Condições Especiais, as quais prevalecem sobre as Condições Gerais, ficando convencionado e aceite entre as partes que as Condições Gerais se consideram derogadas e/ou ampliadas em tudo o que for contrário ou se harmonize com o disposto nos artigos que se seguem.

Artigo 2º Âmbito de Cobertura

1. Por estas Condições Especiais fica garantida pelo segurador a responsabilidade civil do Segurado, decorrente de actos de gestão pública e privada que, nos termos da legislação em vigor, sejam imputáveis no exercício da sua actividade identificada nas Condições Particulares.
2. A título enunciativo mas não limitativo, o presente contrato de seguro garante o pagamento das indemnizações a terceiros, resultantes das responsabilidades derivadas:
 - a) Da realização de trabalhos, serviços e prestação de serviços, que resultem das atribuições e competências legais do segurado;
 - b) Dos actos, erros ou omissões do segurado;
 - c) Da sua qualidade de proprietário, arrendatário, usufrutuário e/ou possuidor de imóveis e equipamentos, quer estes sejam destinados a utilização pública ou privada;
 - d) Da exploração e manutenção de postos abastecedores de combustíveis;
 - e) Da execução de trabalhos de construção, ampliação, renovação, remodelação, conservação, manutenção ou reparação;
 - f) De acidentes causados por falta de sinalização, sinalização deficiente ou por sinalização retirada por terceiros ou acção de elementos naturais;
 - g) Da organização e realização de festas, conferências, reuniões e outras actividades de carácter social, cultural, musical, desportivo ou recreativo;
 - h) De operações de carga, descarga e transporte de matérias, produtos, ou equipamentos inerentes à actividade do segurado;
 - i) De deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos, conforme artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 100/2003 de 23 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 82/2004 de 14 de Abril e Portaria n.º

1049/2004 de 19 de Agosto. Esta garantia tem um sub-limite de indemnização máximo de 200.000,00 euros por sinistro e anuidade;



- j) De máquinas e gruas em laboração que sejam utilizadas no seu interesse e/ou sob a sua direcção efectiva;
- k) De incêndio e/ou explosão;
- l) Por Perdas Indirectas, Lucros Cessantes, Paralisações e danos emergentes, desde que tais danos resultem de responsabilidades cobertas por este contrato de seguro. Esta garantia tem um sub-limite de indemnização máximo de 50.000,00 euros por sinistro e anuidade;
- m) De danos causados a serviços-enterrados e-aéreos;
- n) Da propriedade, manutenção e conservação de parques, zonas verdes, espaços ajardinados e zonas arborizadas;
- o) Das tampas, caixas de visita e sumidouros das redes de água e saneamento;
- p) Do exercício das actividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia, no âmbito das competências delegadas pela Câmara Municipal;
- q) Da qualidade de Entidade Empregadora, ficando garantidas as indemnizações pecuniárias, devidas, a título de responsabilidade civil extracontratual, pelo Segurado aos seus trabalhadores ou respectivos herdeiros, exclusivamente por danos não patrimoniais decorrentes de lesões corporais sofridas em consequência de acidente que, nos termos da lei, seja qualificado como de trabalho. Excluindo-se os danos indemnizáveis ao abrigo do seguro de acidentes de trabalho, mesmo em caso de insuficiência da respectiva apólice;
- r) Em bens ou objectos de terceiros que estejam confiados, alugados ou arrendados ao segurado para guarda, utilização, trabalho ou outro fim;
- s) Dos danos causados por poluição, contaminação, fuga ou vazamento, em consequência de um acontecimento imprevisto, súbito e não intencional decorrente da actividade do Segurado, incluindo o custo de remoção, neutralização, anulação ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação;
- t) Da responsabilidade civil legal subsidiária e/ou solidária decorrente de danos causados por empresas contratadas e subcontratadas para a execução de obras e serviços, ficando salvaguardado o direito de regresso do segurador contra as entidades directamente responsáveis pelos danos;

Sup

Artigo 3º
Extensão de Cobertura
MANDATOS

A responsabilidade, determinada por sentença transitada em julgado derivada de actos administrativos definitivos e executórios do Município, do Presidente da Câmara, dos Vereadores ou de quaisquer outros titulares de órgãos, funcionários e agentes da autarquia, no exercício das suas competências próprias e delegadas e por causa desse exercício.

A responsabilidade derivada de actos dos agentes que trabalham por conta e sob a direcção do segurado, no exercício das suas funções e por causa desse exercício.

A responsabilidade derivada de actos dos agentes requisitados civilmente pelo segurado ao abrigo da legislação em vigor, no intuito de prevenir ou pôr cobro a acidentes e calamidades.

Artigo 4º
Validade temporal

A garantia concedida pelo presente contrato de seguro cobre as reclamações efectuadas durante o período de vigência da apólice, em consequência de eventos ocorridos durante esse mesmo período e ainda as reclamações efectuadas durante o período máximo de 2 anos, a contar do termo do contrato, relativamente a eventos ocorridos durante o período em que a apólice esteve em vigor.


Artigo 5º
Custos de defesa

Por esta cláusula, o Segurador pagará:

1. Todos os custos, honorários e despesas com o seu consentimento prévio, na investigação, defesa ou liquidação de qualquer ocorrência que seja ou que possa ser parte do objecto de indemnização, por esta apólice.
2. Os custos de representação em qualquer inquérito, investigação ou outros procedimentos respeitantes a assuntos que tenham relevância directa, com qualquer ocorrência que seja ou possa ser parte do objecto da indemnização, por esta apólice.
3. O Segurador responderá por estes custos até ao limite máximo de 100.000,00 euros por sinistro e anuidade.

Artigo 6º
Exclusões

Derrogando tudo o que em contrário estiver estipulado nas Condições Gerais, o presente seguro está sujeito às seguintes exclusões:

- 
- a) Decorrentes de actos ou omissões dolosos do Tomador do seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis;
 - b) Causados pelo Tomador do seguro, pelo Segurado ou pessoas seguras em estado de embriagues ou sob influência de estupefacientes, drogas ou outros produtos tóxicos, desde que esse estado ou influência estejam devidamente comprovados, por decisão judicial transitada em julgado;
 - c) Decorrentes de acidentes de viação provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro;
 - d) Decorrentes de acidentes provocados por aeronaves;
 - e) Decorrentes de acidentes provocados por embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;
 - f) Decorrentes, directa ou indirectamente, de explosão, libertação de calor ou radiação provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioactividade;
 - g) Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Tomador do seguro, quando ao serviço deste e desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação sobre o Acidentes de trabalho, sem prejuízo do previsto na cobertura de Responsabilidade Civil Patronal do Segurado;
 - h) Causados aos sócios, gerentes e legais representantes da pessoa colectiva cuja responsabilidade se garante;
 - i) Causados a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por este contrato, bem como ao(s) seus(s) cônjuges(s), ascendentes e descendentes ou pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;
 - j) As reclamações decorrentes de responsabilidade assumidas por acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;
 - k) Uso ou armazenamento de quaisquer matérias explosivas;
 - l) Atrasos ou incumprimento na efectivação dos trabalhos ou serviços;
 - m) Acção de campos electromagnéticos;
 - n) Danos originados por motivos de força maior, nomeadamente, os associados a tremores de terra, furacões, trombas de água, ciclones, inundações e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica;
 - o) Falha ou falta de fornecimento;
 - p) Os danos decorrentes de acidentes devidos a actos de guerra, guerra civil, invasão,

lei marcial, hostilidades, revolução, rebelião, insurreição, poder militar usurpado ou tentativas de usurpação do poder, motins, comoção civil, terrorismo, confiscação, requisição e destruição causada por ordem do governo ou quaisquer autoridades públicas ou locais, vandalismo, sabotagem, assaltos, greves, tumultos e "lock-out";

- q) Os danos decorrentes de reclamações resultantes ou baseadas directa ou indirectamente na aplicação de quaisquer taxas, multas ou coimas, impostas por autoridades competentes, bem como de outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal e por indemnizações fixadas a título de danos punitivos, danos de vingança e exemplares.

§ único – As exclusões constantes das alíneas a), h) e i) não serão, no entanto, aplicáveis quando, por força da lei, os danos a que se referem não forem excepcionáveis, nomeadamente tratando-se de seguros obrigatórios

Lajes das Flores, -- de Janeiro de 2014.

O Presidente da Câmara

Luís Carlos Martins Maciel

Anexo I - Seguro de Acidentes Pessoais dos Membros dos Órgãos Autárquicos



Subgrupo A - Presidente de Câmara:

GARANTIAS	CAPITAIS
Morte ou Invalidez Permanente	120.000 €
Incapacidade Temporária Absoluta - Subsídio./Dia em Ambulatório	100 €
Incapacidade Temporária Absoluta - Subsídio./Dia por Internamento Hospitalar	50 €
Despesas de Tratamento e Repatriamento	15.000 €
Despesas de Funeral	5.000 €

Subgrupo B - Vereadores a Tempo Inteiro:

GARANTIAS	CAPITAIS
Morte ou Invalidez Permanente	100.000 €
Incapacidade Temporária Absoluta - Subsídio./Dia em Ambulatório	100 €
Incapacidade Temporária Absoluta - Subsídio./Dia por Internamento Hospitalar	50 €
Despesas de Tratamento e Repatriamento	15.000 €
Despesas de Funeral	5.000 €

Subgrupo C - Vereadores em Regime de Não Permanência:

GARANTIAS	CAPITAIS
Morte ou Invalidez Permanente	30.000 €
Incapacidade Temporária Absoluta - Subsídio./Dia em Ambulatório	50€
Incapacidade Temporária Absoluta - Subsídio./Dia por Internamento Hospitalar	25 €
Despesas de Tratamento e Repatriamento	7.500 €
Despesas de Funeral	2.500 €

**Subgrupo D - Deputados Municipais, incluindo Presidentes
de Juntas de Freguesia:**

Handwritten signature

GARANTIAS	CAPITAIS
Morte ou Invalidez Permanente	25.000 €
Incapacidade Temporária Absoluta - Subsídio./Dia em Ambulatório	50€
Incapacidade Temporária Absoluta - Subsídio./Dia por Internamento Hospitalar	25 €
Despesas de Tratamento e Repatriamento	5.000 €
Despesas de Funeral	2.500 €

ANEXO II - SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS MEMBROS DA CORPORAÇÃO DE BOMBEIROS



PESSOAS A SEGUARAR:

- Fernando José Costa Pacheco;
- Emanuel Alexandre Sousa Melo;
- Maria Patrícia Carias Andrade;
- Delcio Filipe Silva Cabeceira;
- Emanuel Belo Maciel.



Anexo III - SEGURO DA FROTA AUTOMÓVEL E DAS PESSOAS TRANSPORTADAS

MATRÍCULA	MARCA/ MODELO	TIPO	ANO/MÊS	RESPONSABILIDADE CIVIL	DANOS PRÓPRIOS	OCUPANTES	QUEBRA DE VIDROS	ASSISTÊNCIA EM VIAGEM	FRANQUIA
70-31-OR ✓	Scania	Pesado de mercadorias	1999/12	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
42-26-MG ✓	Toyota Dyna	Pesado de mercadorias	1998/11	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
66-DA-22 ✓	Scania	Pesado de mercadorias	2001/05	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
S/ matrícula ✓	Autobetoneira Meiro	Máquina de construção	2001/02	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
S/ matrícula ✓	Autobetoneira Meiro	Máquina de construção	2001/02	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
S/ matrícula ✓	JCB 3CX	Máquina de construção	2001/06	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
62-61-RV ✓	Toyota Dyna	Ligeiro de mercadorias	2001/06	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
42-86-OL ✓	Renault Kangoo	Ligeiro de mercadorias	1999/11	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
S/ matrícula ✓	Caterpillar D250B	Máquina de construção	2002/12	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
S/ matrícula ✓	Komatsu	Máquina de construção	2003	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
S/ matrícula ✓	Caterpillar 950H	Máquina de construção	2008/01	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
86-28-SZ ✓	Peugeot	Ligeiro de mercadorias	2002/01	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
55-54-SG ✓	Iveco	Pesado de mercadorias	2001/08	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
70-MC-88 ✓	Iveco	Pesado de mercadorias	2011/08	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
14-56-PM ✓	Scania	Pesado de passageiros	2000/04	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
86-85-QG ✓	Toyota Hiace	Ligeiro de passageiros	2000/09	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia

26-06-Ah

95-93-DH ✓	Toyota	Ligeiro mercadorias	1994/03	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
26-91-OL ✓	Renault Kangoo	Ligeiro de mercadorias	1999/11	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
77-97-GP ✓	Mitsubishi Pajero	Ligeiro de Passageiros (JEEP)	1996/04	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
31-73-AR ✓	Mercedes Benz	Especial recolha de lixo	1999/05	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
PQ-50-32 ✓	Toyota	Ligeiro mercadorias	1991/06	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
70-32-OR ✓	Scania	Pesado de mercadorias	1992/12	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
92-23-LO ✓	Mitsubishi Canter	Pesado de mercadorias	1998/07	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
25-54-LL ✓	Mitsubishi 1200	Misto cabine dupla	1998/07	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
45-38-RO ✓	Toyota hilux	Misto cabine dupla	2001/05	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia
S/matricula ✓	Astel JDV	Máquina de construção	2001/07	Obrigatória	Não	Sim	Sim	Sim	Sem franquia

Anexo IV - Seguro Riscos Múltiplos



DESCRIÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS E IMÓVEIS ABRANGIDOS:

1. Polivalente de serviços;
2. Paços do Município;
3. Rádio Naval;
4. Armazém;
5. Armazém – pedreira;
6. Jardins municipais;
7. Museu;
8. Museu dos Lacticínios;
9. Museu do Lavrador;
- 10.2 Edifícios da Fabrica da Baleia, no porto das Lajes;
11. Casa do Rosa;
12. Edifício/Espaço Internet;
13. Casa que serve de alojamento Comunitário na Rua da Autonomia;
14. Britadeira na Fajã Grande;
15. Moradia na Lomba – Rua da Cruz;
16. Escola Primária na Lomba;
17. Moradia com dois pisos na Fazenda;
18. Escola Primária na Fazenda;
19. Edifício na Fazenda (onde se encontra instalados os Serviços Regionais do Ambiente;
20. Pousada;
21. Edifício da antiga Câmara na Rua Roberto Mesquita;
22. Escola Primária das Lajes (onde se encontra instalada a Casa do Povo);
23. Escola Primária no Mosteiro.

**Anexo V - SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL
EXTRA CONTRATUAL, DAS ACTIVIDADES
DESENVOLVIDAS PELO MUNICÍPIO**

[Handwritten signature]

SEGURO	CAPITAL
Responsabilidade Civil Exploração	250.000 euros